

Entre corpos e discursos: mulheres, aborto e oficialidade católica em uma análise sob o olhar da História do Tempo Presente

Between speeches and bodies: women, abortion and catholic officiality in an analysis from the perspective of History of the Present Time

Francine Magalhães Brites
Mestranda, PPGH-UFSC
Bolsista Capes
mbfran@gmail.com

Resumo: Essa proposta de comunicação procura estabelecer uma análise das práticas e aportes discursivos utilizados pela Igreja Católica na construção de seus argumentos calcados em preceitos dogmáticos, religiosos e morais contra a prática do aborto, principalmente por meio do discurso que destoa da oficialidade católica, com grupo “Católicas pelo Direito de Decidir”, organização de mulheres católicas e feministas criada no Brasil em 1993, que luta por uma série de questões relacionadas à sexualidade. Serão apresentados alguns discursos acerca da temática do aborto e do direito ao corpo, entendendo-os como instrumentos de poder e como uma ferramenta construída em determinadas relações sociais.

Palavras-chave: aborto; CDD; Igreja católica; discurso.

Abstract: This proposal seeks to establish a communication analysis of discursive practices and inputs used by the Catholic Church in building their arguments on footwear dogmatic precepts, religious and moral against abortion, mainly by means of speech clashes with the Catholic officiality as a group "Catholics for a Free Choice", an organization of Catholic women and feminists created in Brazil in 1993, fighting for a number of issues related to sexuality. Will be presented a few speeches on the theme of abortion and the right to the body, understand them as instruments of power and as a tool constructed in particular social relations.

Keywords: abortion; CDD; Catholic Church; speech

As questões relacionadas à sexualidade e às práticas sexuais permanecem sendo um campo pouco explorado pelos historiadores e historiadoras do presente. Apesar de ser perceptível um aumento nas demandas de trabalhos e pesquisas acadêmicas relacionados a estas temáticas a partir dos avanços no campo dos estudos culturais, principalmente após a década de 80, esses assuntos permanecem às margens, muitas vezes de formas tangenciais às produções historiográficas.

Durante as leituras e pesquisas surge a questão: por que falar de sexo e sexualidade¹ é

¹ Inserido em uma perspectiva de análise foucaultiana, este trabalho se propõe a entender como sexualidade o conjunto de discursos produzidos acerca das práticas sexuais/sexo.

um tabu, na academia e na sociedade? É necessário reafirmar que se trata do que podemos chamar de temas sensíveis, que lidam diretamente com as trajetórias e histórias de vida dos sujeitos femininos e masculinos, remexendo e trazendo à superfície marcas, experiências, dores, (in)satisfações, uma infinidade de sentimentos relacionados às práticas sociais de corpos em constante movimento, inseridos nos mais variados contextos históricos. Em se tratando da temática do aborto, ou interrupção voluntária da gestação² (IVG) - termo que será utilizado nesse trabalho – a sensibilidade da abordagem analítica deve ser ainda mais presente, pois estamos falando aqui de uma prática juridicamente criminalizada, que julga, pune e sentencia (inclusive socialmente) as mulheres que a praticam. Considera-se aqui que a IVG é uma prática de corpos biologicamente pertencentes ao sexo feminino e considerados como tal social e juridicamente, onde se entende ter como centro dos debates a figura da mulher e do corpo feminino.

Entretanto, o conceito de gênero não contribui para as reflexões acerca do tema simplesmente por estar vinculado a uma “história das mulheres” ou somente porque as tem como objeto de análise (PINSKY, 2009, p.159-154), mas sim por perceber as diferenças entre os sujeitos a partir de uma perspectiva *relacional*, para além do binômio homem e mulher, mas entre homens e entre mulheres, em uma tentativa compreendê-los não em sua totalidade, visto que seria impossível tal empreendimento, mas em sua complexidade e diversidade. De acordo com as reflexões de Linda Nicholson, o conceito de gênero pode ser pensado a partir de duas perspectivas diferentes e em até certo ponto, contraditórias: em contraponto ao determinismo do sexo biológico, relacionado aos comportamentos sociais e não ao corpo biológico; ou como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção entre masculino/feminino, incluindo as construções que separam “corpos femininos” de “corpos masculinos” (NICHOLSON, 2000, p.9). Cabe ressaltar que, mesmo que as mulheres passem a estar no “centro dos debates” da sexualidade, nem sempre o “feminino” torna-se sinônimo de mulher e “masculino” sinônimo de homem, pois mesmo a construção gramatical da linguagem que identifica e classifica os sujeitos é passível de relativização a partir de uma reflexão crítica pautada pelos estudos de gênero.

Esta comunicação tem a pretensão de apresentar alguns dados recentes acerca da IVG

² As palavras, assim como as ações, as ideias e as coisas são dotadas de sentidos e significados múltiplos, muitas vezes repletos de pré-concepções, cargas negativadas e pré-conceitos. Por isso optou-se em tratar da questão lingüística do aborto o mínimo possível, tratando como interrupção voluntária da gestação, tendo em vista que ao historiador/a pressupõe-se certos cuidados com as palavras e a linguagem adotadas para as análises historiográficas.

no Brasil e no contexto latino-americano, articulando-os aos discursos produzidos entre a oficialidade católica através da Santa Sé/Vaticano e a entidade feminista de caráter ecumênico “Católicas pelo Direito de Decidir”, grupo que se instituiu no Brasil em 1993. Essa articulação simbólica no campo dos discursos entre esses dois focos de análise, tanto as CDD-Br³ quanto a oficialidade católica propõem apropriações de outros discursos legitimadores tais como os discursos médico, jurídico, biológico, feminista. Apesar da laicidade instituída constitucionalmente pelo regime republicano ao Estado brasileiro, de acordo com dados coletados a partir do último Censo Demográfico, promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE efetuado no ano 2000, o Brasil permanece sendo um país de maioria religiosa católica. Pensando a partir destes dados coletados pelo Censo, é possível perceber uma predominância desta religião na sociedade brasileira, mesmo com uma constante migração de fiéis para as religiões evangélicas (neo)pentecostais. Do total de aproximadamente 183 milhões da população brasileira, a religião Católica Apostólica Romana possui 124 milhões de adeptos⁴ que declararam ser fiéis à fé católica.

Tabela 1:
Número de fiéis católicos em contraponto ao crescimento dos adeptos de outras religiões, em porcentagem.

	Católicos	Protestantes Tradicionais	Evangélicos Pentecostais	Sem Religião	Outras Religiões
1970*	91,8	4,9	0	0,8	2,5
1980	89	3,4	3,2	1,6	3,1
1991	83,3	3	6	4,7	3,6
2000	73,9	5	10,6	7,4	3,2
2010**	59,4	8,1	18,3	11	3,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

*Na década de 1970, o Censo não separava os protestantes dos evangélicos pentecostais.

**Projeção do Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil/ PUC-RJ.

Esse dado por si só não apresenta maiores elementos para uma reflexão crítica, demonstra apenas que somos um país de maioria católica. Contudo, nos permite compreender porque o debate em torno dessa questão “invade” o campo político. Assim, embora a República brasileira seja laica e tenha passado por um processo de secularização, a presença da religião atravessa o discurso. É preciso historicizar estes processos para que se possa

³ Organização Católicas pelo Direito de Decidir do Brasil.

⁴ Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/primeiros_resultados_amostra/brasil/pdf/tabela_1_1_2.pdf> - Acesso em 16 set. 2010.

entender a complexidade deste tema em sua totalidade, levando em conta as especificidades e particularidades de cada caso. Apesar dessa configuração, a discussão em torno da legalização do aborto vem sendo cada vez mais constante e crescente devido não só a pressão dos movimentos sociais, de mulheres, de políticas públicas para a saúde, organizações não governamentais, mas também de setores da sociedade civil ligados aos direitos individuais, aos parlamentares, dentre vários outros.

Esses setores apontam discursos que se encontram no sentido contrário à norma cristã vigente, redefinindo valores religiosos relacionados ao gênero e ao direito ao corpo feminino, onde há *posturas religiosas não institucionais* propensas às discussões em torno do tema, e, portanto, podem ser chamadas de vozes dissonantes. Mas alguns questionamentos são necessários para o exercício proposto por essa comunicação: em qual contexto histórico surge essa utilização do discurso como ferramenta de controle? Qual a ruptura com a Igreja Católica que possibilitou visibilidade desta organização feminista? Qual a emergência discursiva nesse contexto? Em que momento uma resignificação do discurso toma corpo, se torna contrário ao discurso normativo da oficialidade católica, produzido anteriormente com relação a interrupção voluntária da gestação? Essas reverberações nos trazem uma série de questionamentos relacionados à produção dos discursos não só sobre o aborto em si, como também da importância que a família e a maternidade possuem para os princípios católicos.

Partindo da década de 1960, o movimento feminista vem se articulando social e politicamente no Brasil. Hoje o feminismo deve ser tomado de forma plural (MORAIS, 1985, p.20), pois é uma corrente política com diversas tendências onde se percebem as mudanças que efetivaram as mulheres a repensarem seus papéis, condições, identidades, sua diversidade, reivindicando seus direitos civis e políticos. A partir do fenômeno da “revolução sexual” ocorreu o que podemos interpretar como um “afrouxamento dos costumes” na sociedade brasileira, pelo uso difundido das pílulas anticoncepcionais e outros métodos contraceptivos dentre parcelas mais jovens da população. A partir desse momento houve uma preocupação na Igreja Católica e uma mobilização com o intuito de reforçar seus discursos e ações em torno das práticas contraceptivas e do aborto.

Situar o contexto global da década de 80 é fundamental para a compreensão da articulação da rede “*Catholics for free Choice – CFFC*” e consolidação do grupo CDD-Br nos anos 90. Desde a década de 70, o cenário mundial passa por um turbilhão de transformações sócio-culturais e políticas, e é nesse clima que começam a surgir as discussões

acerca da sexualidade e da saúde reprodutiva, dos métodos contraceptivos, temas que emergem como fruto das políticas de planejamento populacional vinculadas à guerra fria.

A interrupção voluntária da gravidez ou aborto é uma prática relacionada à contracepção, que possui registro em vários momentos da História, mas nem sempre foi objeto de criminalização: ficava, e ainda fica, via de regra, impune, quando não acarreta em dano à saúde ou morte da gestante. Durante muito tempo no Brasil, desde o período pré-colonial com as práticas indígenas relacionadas ao corpo e a fecundidade feminina, as mulheres foram detentoras de conhecimentos que lhes permitiam certa autonomia sobre seus corpos, conhecimentos estes que eram circunscritos e partilhados em uma rede de solidariedade feminina e que lhes garantia, entre outras coisas, evitar uma gravidez indesejada (PEDRO, 2006).

Assim emerge uma narrativa histórica que nos mostra experiências que deixaram marcas nos corpos e nas memórias das mulheres. Mulheres que foram envolvidas e perseguidas com base em uma série de saberes médicos, religiosos e jurídicos que visavam coibir e incriminar formas autônomas de cuidado de si (PEDRO, 2006, p.22-23). Estes conhecimentos passaram, ao longo do século XX, a ser colocados como os únicos autorizados a decidir sobre questões que diziam respeito à intimidade feminina, ou seja, seus corpos. Porém, se às mulheres era negado um conhecimento autônomo que outrora lhe proporcionava amparo perante si e a gestação, as narrativas históricas nos mostram que estas eram as únicas culpabilizadas por buscarem se desembaraçar de uma gravidez indesejada (MOTTA, 2008).

Segundo a Igreja Católica, a interrupção voluntária da gestação caracteriza crime contra os princípios religiosos e preceitos morais da sociedade civil. Constitucionalmente, vivemos em um estado laico, mas devido a relação permanecer muito próxima entre Estado e Igreja, e mesmo pela própria representatividade de seu poder em se tratando de instituição religiosa, muitas vezes as correntes de pensamento cristãs se misturam com o poder público, ocasionando interferências legislativas.

Apesar do crescimento significativo de diversas denominações religiosas, a Igreja Católica permanece com forte expressão no cenário nacional, onde esse debate suscita além da discussão em si, pontos de divergência e oposição, criando embates que tratam não só de uma questão política e/ou religiosa e seus limites, mas basicamente pautada nas relações de poder e de gênero.

Dentro desse ponto, Maristela Carvalho (2001) dispõe de uma análise pautando os

documentos oficiais e a trajetória da história da Igreja Católica com a sexualidade e relações de poder. A inserção de novos sujeitos no interior da instituição, em uma abordagem do aspecto relacional de seu diálogo com as questões sociais e culturais que lhe são colocadas (CARVALHO, 2001, p. 159), atenta para as ações doutrinárias e para os dizeres normativos voltados para os sujeitos históricos, onde se percebem a afirmação da oficialidade dos discursos pedagógicos e autoritários da Igreja Católica, o posicionamento da Igreja em relação ao corpo feminino e ao uso deste, calcada por questões de cunho acima de tudo moral, acaba por constituir dentro das relações sociais uma série de exclusões daqueles que não se encaixam nos padrões pré- estabelecidos pelas doutrinas cristãs.

De acordo com a historiadora Joana Maria Pedro, os debates e reflexões mundiais acerca das temáticas relacionadas à sexualidade e às práticas sexuais influenciaram a uma mudança tangencial nas abordagens discursivas institucionais da Igreja Católica, buscando fortalecer a família e o matrimônio como locais ideais já estabelecidos para o sexo e para a maternidade: “Era também de sexo que se falava, quando a Igreja Católica publicava documentos como a *Humanae Vitae*⁵ e, decidindo pelos casais quais os métodos que estes poderiam utilizar para planejar o número de filhos que desejavam ter”. (PEDRO, 2003, p.239). No âmbito do lugar atribuído ao feminino e dos discursos da autoridade, a Igreja Católica toma para si uma missão, com uma série de dispositivos discursivos que apontam e direcionam a sexualidade para a esfera matrimonial e para fim da procriação (CARVALHO, 2001, p.177).

O intuito é investigar quais argumentos são utilizados e como são construídos e organizados esses discursos em torno do debate de questões relativas à IGV e à contracepção dentro dos embates existentes entre a Igreja Católica e os grupos de fiéis. São mulheres que professam da fé cristã, crêem na religião católica, mas acreditam que as questões que permeiam seus corpos estão além dos preceitos morais estabelecidos a exemplo do padrão de maternidade e mulher estabelecido pelo catolicismo, e configuram-se, sobretudo, no âmbito dos direitos humanos e das garantias individuais dos sujeitos.

Partindo algumas reflexões do pensamento de Elisabeth Badinter, o amor materno pode ser problematizado e pensado como uma noção construída social, cultural e historicamente, datada do século XIX. Neste trabalho, entende-se o amor materno por essa perspectiva teórica, que desconstrói e desnaturaliza a maternidade como algo biologicamente

⁵ 1968

nato às mulheres, que seriam dotadas de sentimentos maternais e teriam aptidões (e consequentemente funções) mais propícias à maternidade, criando uma visão essencializada e natural aos corpos e corações femininos. Para Badinter:

O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternas, constata-se que o interesse e a dedicação à criança se manifestam ou não [...] (BADINTER, 1993,p.22).

Já o discurso da Igreja Católica, através do Papa Bento XVI (antigo cardeal, Joseph Ratzinger), vem sendo destacado na mídia como meio de publicizar as informações sobre os postulados e princípios cristãos em torno da questão do aborto provocado, principalmente no que diz respeito ao *direito à vida*⁶. É preciso dizer que a demanda pelo direito a interrupção voluntária da gravidez não é mais um discurso protagonizado apenas pelo movimento feminista ou de mulheres. O debate público é composto pela efetiva participação de diversos segmentos da sociedade civil, profissionais da área jurídica, profissionais de saúde, parlamentares, organizações não governamentais, além da organização feminista católica em questão - as “Católicas pelo Direito de Decidir”.

Isso significa dizer que, o direito ao aborto entra no âmbito dos direitos reprodutivos que tem sido discutido em várias conferências internacionais⁷, e que, inclusive dentro da própria Igreja, tem sido discutido e construído por diversos atores sociais que operam em diferentes campos. As discussões causam cada vez mais polêmica na sociedade civil e (re)afirmam a doutrina católica, que se mantém avessa às mudanças nas relações sociais e conceituais entre as mulheres e seu próprio corpo, entre as mulheres e as relações familiares e de gênero.

O grupo das Católicas pelo Direito de Decidir surgiu em 1993 como uma organização não governamental, sendo regulamentado juridicamente em 1994, em articulação com o

⁶ Disponível em: <http://www.acidigital.com/controversia/direito.htm> - acesso em 12 set. 2011.

⁷ Conferências Internacionais para População e Desenvolvimento: Roma (1954), Belgrado (1965), Bucareste (1974), México (1984), Cairo (1994) e Pequim (1995). Estas duas últimas tiveram como desdobramentos: O Direito ao aborto na Assembléia Geral Extraordinária da Onu -- Cairo + 5 (Nova York/1999), O Direito ao aborto na Assembléia Geral Extraordinária da Onu – Pequim + 5 Mulher 2000 e pela Igualdade de Gênero, Desenvolvimento e Paz para o Século 21 (Nova York/2000). Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/Homepage/Dossi%EA/Dossi%EA%20Aborto%20Inseguro.pdf> – p.28 – 33. Acesso em 30 Set. 2011.

movimento das redes latino-americanas Católicas por “El Derecho a Decidir” e com as “*Catholics for Free Choice*”, dos Estados Unidos, e com outros grupos feministas localizados na Espanha. O movimento promove a luta pelos direitos das mulheres, especialmente os sexuais e reprodutivos, pela igualdade nas relações de gênero e pela cidadania das mulheres, tanto na sociedade quanto no interior da Igreja Católica e de outras igrejas e religiões, “além de divulgar o pensamento religioso progressista em favor da autonomia das mulheres, reconhecendo sua autoridade moral e sua capacidade ética de tomar decisões sobre todos os campos de suas vidas”⁸. As CDD-Br prezam pela autonomia feminina, tanto no plano individual quanto no plano político e caracterizam-se como uma entidade vinculada ao movimento feminista e de caráter ecumênico. Cintia Lima Crescêncio (2009), ao pesquisar este grupo, sua inserção no movimento feminista e as temáticas do aborto e da maternidade, definiu de forma muito clara as concepções que norteiam as ações e reflexões das Católicas pelo Direito de Decidir:

Apesar de ter como foco de desconstrução o discurso católico, busca a transformação também em outras religiões e na sociedade como um todo. Dessa maneira, a organização divulga um pensamento religioso progressista em favor da autonomia das mulheres em todos os campos de suas vidas, considerando-as capazes de decidirem sobre as questões que envolvam seus corpos⁹. Diante da especificidade dessa organização católica e feminista que apresento como objetivos refletir acerca das idéias difundidas pela organização através de suas publicações, como a defesa do direito de decidir feminino a respeito da maternidade, assim como do aborto. (LIMA, 2009)

Segundo a Igreja, a interrupção voluntária da gestação caracteriza crime contra os dogmas religiosos e preceitos morais da sociedade civil. Apesar do crescimento significativo

⁸ Fragmento retirado de www.catolicasonline.org.br – Quem somos – CDD. Acesso em 20 mai. 2011.

⁹ Os objetivos propostos pelas CDD – Br são:

Sensibilizar e envolver a sociedade civil, principalmente os grupos que trabalham com serviços de saúde sexual e reprodutiva, educação, direitos humanos, meios de comunicação e legisladores sobre a necessidade de mudanças dos padrões culturais vigentes em nossa sociedade.

Ampliar a reflexão ético/religiosa em uma perspectiva ecumênica. Desenvolver diálogos públicos, tanto nas sociedades como nas Igrejas, a respeito dos temas relacionados com a sexualidade, a reprodução humana e a religião.

Influenciar na sociedade para que reconheça o direito que tem as mulheres a uma maternidade livre e voluntária, com o objetivo de diminuir a incidência do aborto e a mortalidade materna.

Aprofundar o debate em relação à interrupção voluntária da gravidez, ampliando a discussão em seus aspectos éticos, médicos e legais e lutar pela descriminalização e legalização do aborto.

Exigir do Estado o cumprimento dos compromissos assumidos nas Conferências Mundiais organizadas pelas Nações Unidas no Cairo (1994) e em Beijing (1995).

A implementação de programas de educação sexual, nas perspectivas dos direitos sexuais e reprodutivos.

A implementação de leis, políticas públicas e serviços de saúde, acessíveis a todas as mulheres, especialmente às mulheres pobres, o efetivo gozo de sua saúde sexual e reprodutiva.

de diversos segmentos religiosos, a Igreja Católica permanece mantendo-se como religião “oficial e hegemônica” no Brasil. No Brasil, e em diversos países da América Latina e da Europa, onde a Igreja Católica tem forte expressão, esse debate suscita além da discussão em si, pontos de divergência e oposição que tratam não só de uma questão política e/ou religiosa e seus limites, mas basicamente pautada nas relações de poder e de gênero. Isso porque, as questões que envolvem a temática do aborto suscitam discursos e práticas que incidem sobre o corpo das mulheres, expressam, portanto, relações de poder e hierarquias de gênero que se reafirmam a partir dessa discussão, tanto na esfera religiosa quanto na esfera da medicina, das políticas demográficas, etc.

O conceito chave para compreender esse processo trata do discurso. Foucault (2001) propõe a reflexão sobre questões desafiadoras como o conceito de “verdade” e a relação entre “poder-saber”. Segundo ele, o poder não é necessariamente repressivo, uma vez que incita, induz, seduz, torna mais fácil ou mais difícil, amplia ou limita, torna mais provável ou menos provável. Além disso, o poder é exercido ou praticado em vez de possuído e, assim, circula passando através de toda força a ele relacionada. Analisando essas questões, suscitadas pelo autor, surgem indagações como: o poder do discurso se apresenta “mascarado”? O discurso é um elemento do poder? Em todas as sociedades a produção de discursos é regulada, selecionada, organizada, perpetuada e redistribuída conjugando poderes e perigos.

Os indivíduos vão absorvendo valores em nome de um discurso proferido como válido pelas famílias, pelas instituições, pelo Estado. Assim, esses discursos pretendem estabelecer aos homens e as mulheres os atributos de gênero que geram expectativas sobre como ambos devem desempenhar seus papéis na sociedade. O discurso que prevalece é do indivíduo que detém o poder, ou seja, também o saber. Portanto, como diz Foucault, cada sociedade tem sua “política geral da verdade.” Os discursos políticos, educacionais, religiosos, e até mesmo culturais, não podem ser dissociados dessa prática que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis pré-estabelecidos. Nesse caso, os discursos analisados, proferidos pela Igreja Católica Apostólica Romana, essa posição possui a autoridade de “quem fala”, de quem profere o discurso, e que por tal, detém o poder nas mãos de uma das instituições mais poderosas desde sua criação.

Pensando acerca do discurso, não há como desvinculá-lo do conceito de poder simbólico, utilizado por Pierre Bourdieu. O poder, antes explícito, passou a ser mais sutil, menos perceptível. O poder explícito se tornava um poder simbólico, revestido de

objetividade e de imparcialidade. Na revelação ou no ocultamento de sentidos, o discurso registra silêncios e propõem espaços em branco, leques de argumentações e “estratégias de convencimento”. Era um poder que corria não no que estava escrito, mas sim nesses ocultamentos:

É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 2007, p.14)

E mais que isso, os discursos sofrem diversas influências e mediações que os distanciam do fato e, por essa razão, só é possível compreender plenamente esses discursos se for percebido que eles são construídos no espaço e no tempo, através de engendramentos de sentido que se transformam espacial e temporalmente:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “*illocutionary force*” mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. (BOURDIEU, 2007, p.14-15)

Considerando que, aquele que detém o discurso está investido de um saber/poder que pode ser convertido em verdade(s), de uma maneira ou de outra, ele exerce o poder simbólico. Assim, o campo da História incorporou para si mais uma possibilidade de análise: o poder do discurso. Percebe-se, portanto, que há construção em torno da autoridade dos discursos, é o poder inserido na “fala autorizada” que os legitima. As relações de gênero implicam, em relações de poder, uma vez que elas se baseiam num sistema de forças.

Frente a essas colocações, busca-se compreender a relação de diferentes acontecimentos históricos vivenciados através dos séculos XIX, XX e XXI, nos seus embates

com as questões seculares da doutrina católica em torno do direito à vida. O século XX tem sido descrito e analisado como um século de grandes mudanças e transformações, “tudo que é sólido desmancha no ar”, os processos de reestruturação urbana, a emergência de novos conhecimentos técnico-científicos da medicina contemporânea, inovações do aparelho judiciário e modificações nas relações governamentais juntamente com interpretação do Estado frente às reconfigurações e arranjos familiares, mudança nas relações familiares e de gênero como resultado das lutas do movimento feminista e da entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e com as influências religiosas que as mais diversas esferas e camadas sociais vivenciam.

Nesse sentido, pode-se contemplar o debate em torno da importância do papel da família na gestão da população, ponto presente nas discussões sobre saúde e aborto, uma vez que muitas vezes os fatores em torno da legalização, aceitação e descriminalização ou não dessa prática estão enquadrados nessa área. De acordo com o princípio da governamentalidade proposto por Foucault (1992), a estrutura de Estado possui uma série de pressupostos para que se chegue ao objetivo final inerente ao governo, que seria, em suma, a melhora constante e o direcionamento da vida cotidiana da população, a partir da relação direta da gestão da população com a gestão da família.

A partir do momento em que, ao contrário, a população aparece como absolutamente irreduzível à família, esta passa um plano secundário em relação à população, aparece como elemento interno à população, e portanto não mais como modelo, mas como segmento. E segmento privilegiado, na medida que, quando se quiser obter alguma coisa da população – quanto aos comportamentos sexuais, à demografia, ao consumo, etc. – é pela família que deve passar. De modelo, a família vai tornar-se instrumento, e instrumento privilegiado, para o governo da população e não modelo quimérico para o bom governo. Este deslocamento da família do nível de modelo para o nível de instrumentalização me parece absolutamente fundamental, e é a partir da metade do século XVIII *que a família aparece nesta dimensão instrumental em relação à população [grifo meu]*, como demonstram as campanhas contra a mortalidade, as campanhas relativas ao casamento, as campanhas de vacinação, etc. Portanto, aquilo que permite à população desbloquear a arte de governar é o fato de eliminar o modelo de família. [...] *Campanhas, através das quais se age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir diretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se dêem conta, a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos de população [grifo meu].* (FOUCAULT, 1992)

O fragmento destacado acima é fundamental para entendermos como a discussão

sobre a família, como lugar de políticas do estado e como as políticas de controle sobre a natalidade implicam em discutir e produzir saberes sobre métodos contraceptivos e entre eles sobre o aborto.

A polêmica sobre a legalização do aborto não diz respeito somente à esfera dos preceitos morais e religiosos, mas também no âmbito dos direitos reprodutivos como uma das formas de planejamento familiar, portanto, é vinculada à gestão populacional. Esta é uma discussão que está presente desde o século XIX no campo das políticas do Estado relacionadas a gestão de população, tornando-se mais presente da segunda metade do século XX em diante.

A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece também como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconscientemente em relação àquilo que se quer que ela faça. O interesse individual - como consciência de cada indivíduo constituinte da população - e o interesse geral - como o interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais daqueles que as compõe - constituem o alvo e o instrumento fundamental do governo da população (FOUCAULT, 1992, p 289).

Quando se trata da questão das práticas contraceptivas e da interrupção voluntária da gestação, a Igreja Católica e as religiões cristãs em geral, iniciam a fundamentação de seu discurso através do início do desenvolvimento embrionário como começo da vida humana como forma de legitimar sua fala, torná-la embasada, plausível e aceitável perante os fiéis e a sociedade civil. Discursos acerca da sexualidade e das práticas que a envolvem mostram-se múltiplos, complexos e dotados de simbologias ressaltadas no interior de relações de poder.

Vincular essas questões de pesquisa à História do Tempo Presente não foi uma opção somente pelo recorte temporal próximo a atualidade em estamos vivenciando, mas por entender que uma problemática para a pesquisa historiográfica parte de questões postas no tempo presente, que pressupõe um trato teórico metodológico muito específico e cauteloso por parte do/a historiador/a que necessita exercitar o olhar de estranhamento e recuo de forma muito eficiente perante suas fontes. Retomando a proposta inicial para esta fala, ressalto que estamos situados no contexto de um mundo contemporâneo permeado de disputas e embates possibilitados pelos cursos e movimentos de esferas de poder na História, no qual os historiadores e as historiadoras estão inseridos, são atravessados por essas relações, assim como seus objetos de pesquisa e análise histórica. Percebendo a história como movimento,

fluxos e trânsitos, a partir de (des)construções sociais e históricas, as produções acadêmicas em torno das relações de gênero e do corpo feminino vêm sendo uma temática cada vez mais problematizada e aprofundada. São mudanças ocorridas nas visões, nos conceitos e categorias de análise teóricas, nas práticas e experimentações das relações humanas – sejam religiosas, políticas, de gênero e, sobretudo, de poder –, onde se repetem falas, são construídos discursos, e portanto, sujeitos situados.

Referências

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. 7.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa, Portugal: Difel, 2007.

BRITES, Francine Magalhães. Bento XVI convida à mobilização dos cristãos: discursos católicos em torno do aborto e do direito à vida . 2009. 108 p. : Monografia (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Curso de História, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://www.pergamumweb.udesc.br/dadosbu/000000/000000000000C/00000C0E.pdf>>.

CARVALHO, Maristela Moreira de. Sexualidade, controle e constituição de sujeitos: a voz da oficialidade da Igreja Católica (1960-1980). Revista Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Chapecó, v. v. 7, n. 09, p. 159-180, 2001

CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. Quando o corpo não te pertence: a maternidade e o aborto como direitos femininos no discurso da organização Católicas pelo Direito de Decidir. 2009. 166 p.: Monografia (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Rio Grande do Sul, 2009.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 21ª ed. - Rio de Janeiro: Edições Graal. 1992.

_____. A ordem do discurso. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

MORAIS, Maria Lygia Quartim de. Mulheres em Movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

MOTTA, Flávia. Sonoro silêncio: por uma história social do aborto. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998. Relatório de pesquisa.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Estudos Feministas. Florianópolis, vol.8, n.2, p. 09-41 Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. Revista Brasileira de História. Jul. 2003, vol.23, nº45, p.239-260.